

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC002297/2014
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/09/2014
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR059684/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46301.002841/2014-71
DATA DO PROTOCOLO: 22/09/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINCODIV -SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 78.492.931/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADEMIR ANTONIO SAORIN;

E

SINDICATO DOS TRAB.NO COM.VAREJISTA DE S.LOURENCO D'OES, CNPJ n. 01.846.706/0001-31, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLEUSA BRAZZO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados de Concessionários e Distribuidores de Veículos (Empregados no Comércio)**, com abrangência territorial em **Novo Horizonte/SC, São Bernardino/SC e São Lourenço do Oeste/SC**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido o salário normativo da categoria profissional, abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a partir de 1º de agosto de 2014 e após 90 (noventa) dias de trabalho na mesma empresa, no valor de **R\$ 1.010,00 (Um mil e dez reais)**, ressalvadas as alíneas "a" e "b" da presente cláusula.

a) R\$ 912,00 (novecentos e doze reais), para os empregados durante o período de experiência.

b) R\$ 956,00 (novecentos e cinquenta e seis reais), aos empregados que exercem a função de faxineira (o) e *office boy*, após 90 (noventa) dias de trabalho na mesma empresa.

Parágrafo Único: Na ocorrência de reajuste do Piso Salarial Estadual (Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 459/09-SC) durante a vigência desta convenção coletiva, para valor superior aos constantes nesta cláusula, prevalecerá para todos os efeitos, o maior valor.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE COMISSIONISTAS

Todos os comissionados não deverão receber menos que o normativo.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUINTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados com o índice de **7,5% (sete vírgula cinco por cento)** a incidir sobre a parte fixa dos salários vigentes na data de 01/08/2013.

Parágrafo Primeiro: O percentual de **7,5% (sete vírgula cinco por cento)** acima estabelecido corresponde à quitação de todo e qualquer resíduo inflacionário devido até 31/07/2014.

Parágrafo Segundo: Serão compensados os reajustes, aumentos, antecipações e adiantamentos compulsórios e/ou espontâneos concedidos no período de 01/08/2013 à 31/07/2014, exceto aqueles descritos no inciso XII da Instrução Normativa nº. 01 do T.S.T.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DISCRIMINAÇÃO

As empresas fornecerão aos seus empregados discriminativos das parcelas salariais e respectivas deduções, assim como da contribuição para o *FGTS*.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão, obrigatoriamente, a seus empregados, envelopes mensais de pagamento ou documento equivalente, contendo além da identificação da empresa, a discriminação de todos os valores pagos e descontados.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA OITAVA - COMISSÕES

As empresas ficam obrigadas a efetuar o pagamento de comissões a seus empregados comissionados, sempre calculando pelo valor de venda.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA NONA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado que exercer função temporária desde que não seja meramente eventual terá direito à igual salário ao do substituído, excluídas as vantagens pessoais, enquanto durar a substituição.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - CHEQUES SEM FUNDOS

As empresas não descontarão dos salários dos empregados, a importância correspondente a cheques sem fundos recebidos por estes na função de caixa ou assemelhada, uma vez cumpridas as formalidades da empresa, as quais deverão ser escritas.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE FARMÁCIA

A empresa fornecerá vale para aquisição de remédios desde que o empregado comprove por receita médica o preço do produto e a quantia, esta até o limite do salário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CÁLCULO DO 13º SALÁRIO E FÉRIAS

O cálculo de férias e 13º salário dos comissionistas levará em conta a média dos últimos 12 meses, já atualizados monetariamente.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados que exerçam a função de caixa ou semelhantes, haverá remuneração mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do salário normativo da categoria, a título de quebra de caixa, ficando o empregado responsável pelas diferenças que ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONFERÊNCIA DO CAIXA

A conferência de valores em caixa será realizada na presença do operador responsável ou do substituto, ou, ainda, do gerente, dentro do turno de trabalho. Se houver impedimento, por determinação superior, para o acompanhamento de conferência, ficará o empregado isento da responsabilidade por eventuais erros existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DO COBRADOR

Os empregados cobradores externos terão garantia, além do salário normativo, ao recebimento de quebra de caixa e o fornecimento de material indispensável ao desempenho da função.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A jornada extraordinária será remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS DOS COMMISSIONISTAS

As comissões devidas por vendas efetuadas em jornada extraordinária terão o mesmo acréscimo desta.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será garantido com o adicional de 30% (trinta por cento) a incidir sobre o salário hora normal

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORNECIMENTO DE LANCHE

As empresas ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, o lanche aos empregados que tiverem jornada de trabalho prorrogada, além das 2 (duas) horas.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

É obrigatória a entrega de cópia de contrato de trabalho aos empregados quando admitidos em caráter de experiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Nenhuma disposição de contrato de trabalho, contrária às normas desta Convenção, poderá prevalecer na execução da mesma e não será de pleno direito, salvo as que venham em benefício do empregado.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho de empregado após 12 meses de serviço na mesma empresa, só serão válidas quando efetuadas perante o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista, Atacadista e Similares de São Lourenço do Oeste e Região.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO INDENIZAÇÃO

No pedido de demissão com indenização do aviso prévio, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO

Conceder-se-á 30 (trinta) dias de aviso prévio a todos os trabalhadores demitidos sem justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado o cumprimento integral do aviso prévio dado pela empresa, no caso de o empregado obter novo emprego antes do término do respectivo aviso, recebendo o empregado, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência ficará suspenso em caso de afastamento de trabalhador por motivo de infortúnio do trabalho, durante o respectivo período, completando-se o tempo nele previsto após o término do benefício previdenciário.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Fica vedada dispensa de mulher gestante desde a confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias (cinco meses), após o parto ressalvadas as previsões legais.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INFORTÚNIOS DO TRABALHO

Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador atingido por infortúnio do trabalho, consistente em acidente ou moléstia profissional, no período de (12) doze meses a partir do término da licença previdenciária, ressalvada, apenas a dispensa por motivo disciplinar.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Serão garantidos, o emprego e o salário ao trabalhador, durante 24(vinte e quatro) meses imediatamente anteriores a aquisição ao direito da aposentadoria, ressalvados os casos de motivo disciplinar e acordo. Adquirindo-se o tempo de serviço, extingue-se a garantia.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - INTERVALO PARA LANCHE

Os intervalos de 15 (quinze) minutos para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada diária.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatório, para as empresas com mais de 10 (dez) funcionários, a utilização do livro-ponto ou cartão mecanizado, para o efetivo controle de horário de trabalho a fim de que possibilite o real pagamento das horas extras.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTA AO(A) TRABALHADOR(A)

Será abonada a falta ao trabalhador(a) no caso de necessidade de acompanhamento em consulta médica, durante os dias de permanência em atestado médico ou na internação hospitalar de dependente até 18 (dezoito) anos de idade, inválido ou portador de necessidades especiais, mediante comprovação por declaração médica (Tendência Normativa nº. 23 do TRT 12ª Região, com base no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA A ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com os horários de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos oficiais de ensino ou autorizados legalmente e mediante comprovação prévia ao empregador, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação oportuna.

**FÉRIAS E LICENÇAS
DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONCESSÃO DE FÉRIAS**

A concessão de férias será comunicada ao empregado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS

O início de férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos ou feriados.

LICENÇA MATERNIDADE**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA-MATERNIDADE**

A licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art.7º da Constituição Federal poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias de licença para as empregadas que trabalhem nas empresas que se enquadrarem no que preceitua a lei 11.770 de 9 de setembro de 2008.

Parágrafo Primeiro: Tendo a empresa aderido ao programa empresa cidadã, a empregada terá direito a prorrogação por 60 (sessenta) dias, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto.

Parágrafo Segundo: A prorrogação será garantida, na mesma proporção também a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

Parágrafo Terceiro: Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos na percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Parágrafo Quarto: no período de prorrogação de licença-maternidade a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida na creche ou organização similar.

Parágrafo Quinto: em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior a empregada perderá o direito da prorrogação.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que pedir demissão e contar menos de 12 (doze) meses de serviço na empresa terá direito à indenização de férias proporcionais, de ½ (um doze avos) da respectiva remuneração, por mês completo de trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ASSENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO

Haverá assento, para os empregados, nos locais de trabalho onde possam ser utilizados durante as pausas verificadas no serviço.

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - UNIFORMES

Serão fornecidos, gratuitamente, uniformes aos trabalhadores quando a empresa exigir o seu uso.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas encaminharão ao sindicato profissional cópia das guias de contribuição sindical, com relação nominal dos empregados, no prazo de 15 (quinze) dias após o recolhimento contendo os respectivos dados de cada empregado (nome, data de admissão, valor do salário e da contribuição).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos trabalhadores reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 2 e 3 de julho de 2014, as empresas descontarão dos seus empregados a importância equivalente a **4% (quatro por cento)** do salário base dos mesmos nos meses de **novembro de 2014 e julho de 2015**, respectivamente, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as devidas importâncias em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e São Bernardino, através de guias próprias fornecidas pelo mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, até o dia 30 do mês subsequente ao do desconto, a relação dos empregados contribuintes.

Parágrafo segundo: O Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de São Lourenço do Oeste e Região assume toda e qualquer responsabilidade quanto à redação desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negociada, devendo para isto apresentar, no sindicato, carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 (dez) dias da divulgação da presente cláusula, encaminhando cópia da mesma com o recebimento do Sindicato ao empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas que compõe a categoria econômica e são beneficiárias desta convenção, recolherão ao Sincodiv-SC, Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Santa Catarina, até o dia **30/10/2014**, o valor correspondente a R\$ 60,00 por empregado que mantiverem em seu quadro na referida data, a título de Contribuição Assistencial Patronal, destinada a manutenção da Entidade, com fundamento no art. 513, alínea "e" da CLT, combinado com o artigo 8º. inciso IV da Constituição Federal.

Parágrafo Único: A referida contribuição deverá ser recolhida através de guia fornecida pelo Sincodiv-SC.

**DISPOSIÇÕES GERAIS
MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIVERGÊNCIAS**

As divergências entre as partes convenientes, na aplicação dos dispositivos da presente Convenção, serão julgadas pela Vara do Trabalho de Xanxerê (SC).

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

Fica reconhecida a legitimidade processual da entidade sindical profissional e patronal, para ajuizamento de ações de cumprimento junto a Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PENALIDADES

1. Fica estabelecida a multa de 2% (dois por cento) pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo.
2. Os valores das penalidades do item anterior reverterão em partes iguais, em favor do sindicato profissional e dos empregados prejudicados.

São Lourenço do Oeste (SC), 15 de setembro de 2014.

**ADEMIR ANTONIO SAORIN
PRESIDENTE
SINCODIV -SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

**CLEUSA BRAZZO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB.NO COM.VAREJISTA DE S.LOURENCO D'OES**